

DEMOCRACIA E INTERNET: A LEGITIMAÇÃO DA TECNOLOGIA NO PODER

Deusiney

RESUMEN

El artículo Democracia e Internet: la legitimación de la tecnología en el poder viene a cuestionar la Idea de que Internet se ha convertido en uno de los mejores medios para la discusión pública, vista por varios autores posmodernos. Esta visión será analizada a partir de un sesgo crítico. A partir de un análisis histórico de la tecnología y de la democracia en tanto que política y discurso, a través de la mirada de Bourdieu del *Campo político*, mostraremos que, a pesar de las visiones apasionadas que resaltan el carácter transformador de Internet en la política, iluminados por la idea de una participación discursiva, Internet como esfera pública apenas sí puede ser la legitimación de la tecnología en el poder.

Palabras clave: Internet, democracia, tecnología.

RESUMO

O artigo Democracia e Internet: a legitimação da tecnologia no poder é um artigo que vem questionar a ideia de que a internet tem se tornado um dos melhores meios para a discussão de ordem pública, vista por vários autores da pós-modernidade. Esta visão será analisada a partir de um viés crítico, neste artigo. A partir de uma análise histórica da tecnologia e da democracia enquanto política e discurso, e através de uma visão de Bordieu de *campo político*, mostraremos que, apesar das visões apaixonadas que ressaltam o

caráter transformador da internet na política, iluminados pela ideia de uma participação discursiva, a internet como esfera pública é apenas a legitimação da tecnologia no poder.

Palavras-chaves: Internet, democracia, tecnologia.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo não julga a qualidade da internet enquanto *meio* ou como técnica avançada de comunicação, principalmente atrelada às novas tecnologias. Nem mesmo a sua eficácia enquanto suporte primordial para o atual, moderno e ultrapassado sistema econômico. Não queremos aqui fazer sobressair as qualidades e os defeitos deste *meio*, mas queremos analisá-la a partir de um entendimento da realidade e do convívio real em sociedade.

Queremos aqui analisar alguns pontos de vista que, apesar de suas visões positivistas, escondem o lado crítico da realidade na qual a Internet está inserida. Alguns autores, que estão vivendo este processo de transição de um mundo funcional para um mundo extremamente funcional e veloz, o qual Lyotard chamaria mundo pós-moderno, acreditam que este meio de comunicação seja útil para a comunicação do campo político com os outros campos da sociedade. Rousiley Maia acredita que a internet é “um meio através do qual o público e os políticos podem se comunicar, trocar informações, consultar e debater, de maneira direta, rápida e sem obstáculos” (2000: p. 1), e apesar de não discordarmos da eficiência deste meio de comunicação, podemos arriscar discordar de que seja uma maneira direta e sem obstáculos, baseados em dados não muito difíceis de compreensão, nem muito científicos, mas altamente relevantes para a discussão, como grau de instrução e renda *per capita* da população brasileira.

Na nossa concepção a internet funciona eficientemente como instrumento a serviço do neo-capitalismo e da sua especulação, acentuando as desigualdades sociais. Está mais interessada, como mídia, em se realimentar do que em atender aos interesses de seus usuários, ou ainda a serviço da alienação, na medida em que fornece entretenimento de baixo custo ou proporciona a interação em torno de debates *espetacularizados*. Afinal de

contas não podemos esquecer que a internet, antes de tudo, é um meio a serviço do espetáculo.

Uma das premissas de Rousiley Maia, uma das principais autoras sobre o assunto, que tem uma certa visão apaixonada, porém não deixa de lado os questionamentos quanto à eficácia desta ferramenta em um país de desigualdades como o Brasil, “é que a topografia da rede e o procedimento da interação comunicativa são elementos, simultaneamente, autônomos na sua origem, mas interdependentes no efeito que provocam” (2000, p. 2). Mas este é um discurso de legitimação que queremos questionar tendo como base o campo político. Até onde esta interação existe entre os atores do campo político? De que maneira o campo político se apropria desta topografia da rede? E como se dá a interação no campo político, de maneira *relacional*, tendo em vista a internet como *meio*?

Tomaremos como premissas as hipóteses de *campo político* e *capital político* de Bourdieu e levantaremos uma discussão sobre a hipótese de Gaetano Mosca de *Elites Políticas*, relacionada à discussão da tecnologia no poder.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A HISTÓRIA DO PODER DA TECNOLOGIA

A tecnologia sempre desenvolveu uma curiosidade nos seres humanos, desde a “Pedra Lascada” até chegarmos na Modernidade. É importante termos a noção que por tecnologia não entende-se apenas suportes eletro-eletrônicos, que surgiram para a comodidade do homem nos tempos modernos. Tudo aquilo que, de certa forma, assessora as técnicas são entendidas como tecnologias. E o homem em seu percurso histórico, desde a antiguidade sempre inventou novas tecnologias, para que pudesse ser assessorado na prática de suas técnicas.

Não podemos dizer, que o homem cria as tecnologias apenas para a sua utilização em processos produtivos. O homem, como ser não completo, privado de suportes de defesa, de suportes de auxílio para alimentação e de suporte para várias atividades físicas, ou seja, privado de sua *autonomia*, sempre precisou buscar nas tecnologias a forma mais fácil para se alcançar e dominar o *nomos* da vida. A *autonomia* do homem se concretizou no domínio do *nomos* da natureza, e conseqüentemente na sua libertação. Afinal, uma pergunta que muito se faz desde a antiguidade é: O homem nasceu para estar em cavernas, em cima de árvores ou para ganhar a sua liberdade no mundo? Esta é uma pergunta, que a ciência, apesar dos rumos que o mundo tomou e que muitos cientistas digam que este é o caminho certo, ainda não tem resposta.

Desde a libertação do homem do *nomos* da natureza, para criar seu próprio *nomos*, o mundo se transformou e começou a se configurar de forma diferente. As técnicas inventadas pelo homem para o domínio da natureza, se seguiram de tecnologias que eram criadas a partir do conhecimento da própria natureza. Conhecimentos técnicos que se transformavam em tecnologia. A natureza passou a servir de suporte para seu próprio domínio.

Os homens passaram a desejar tipos *particulares* de alimentos e materiais *específicos* para fazer roupas e construir abrigo; aprendem a ambicionar muitas outras coisas além das que exige a sua subsistência: ornamentos, implementos e equipamentos variados. Os desejos dos homens, assim como suas necessidades, provocam-lhes os esforços; e os desejos se expandem rapidamente, passando dos simples requisitos de sobrevivência a uma quantidade de outros artigos (CHINOY, 1967, p. 411).

Chinoy explica a transição deste homem limitado, selvagem caçador ou camponês primitivo, preocupado somente com o essencial para sua sobrevivência, até os anseios infinitos de um homem moderno, que hoje, segundo ele, é continuamente estimulado por aparelhos de persuasão para a compra, para o acúmulo e para o desperdício.

Mas esse desejo e essa busca desenfreada pela tecnologia são frutos do anseio pela rapidez dos processos e pela comodidade do homem. A *causa finalis* da tecnologia é a comodidade. A modernidade, período da razão e do 'fim das trevas', aumentou mais ainda esse interesse pela comodidade. O *homem econômico*, que a pré-modernidade criou e, que passou a se espalhar pelo 'novo mundo' como a forma de vida inteligente e única passível de eternização no mundo se transformou, nos dias atuais, em *homem tecnológico*, que não apenas depende dos lucros para a sobrevivência, mas da tecnologia. A *causa finalis* da tecnologia passa não ter mais importância e ela passa servir somente à *causa efficiens* no mundo.

Há alguns séculos, petróleo era usado por charlatães como elixir e há algumas décadas urânio era de interesse apenas do mundo científico¹, nos dias de hoje os dois são utilizados para alimentar a *causa efficiens* do mundo, mesmo que uma culmine em uma disputa fervorosa, que muitas vezes se transformam em guerra e que a outra seja o ingrediente principal de uma bomba que tem o poder de deixar nações de joelhos e de acabar qualquer guerra, tenha-se como exemplo Hiroshima e Nagasaki.

A busca pela comodidade e pela eficiência, junto com a velocidade requerida pela época em que vivemos, à qual muitos chamam pós-modernidade, reconfiguraram o *modus operandi* e o *modus vivendi* do homem. Na realidade atual a tecnologia, não somente, "determina, inevitavelmente, os hábitos e as maneiras de pensar dos homens (CHINOY, 1962, p.424)", como acredita Thorstein Veblen, mas ela passa de fator determinante para fator essencial. No mundo pós-moderno a tecnologia é um pressuposto da vida. Não existe vida na pós-modernidade sem tecnologia, assim como muitos autores, considerados pós-modernos, também acreditam, que possa até não existir vida, desde que exista a tecnologia.

¹ Chinoy faz referência à algumas dádivas naturais que se transformam em tecnologia pela imposição do homem sobre a natureza (p. 419).

A tecnologia passou a exercer poder sobre o homem desde tempos remotos, mas o homem sempre manteve o domínio sobre ela. A modernidade e seu pensamento iluminado de ciência e tecnologia enfraquece esse domínio do homem sobre a técnica e a tecnologia com a invenção das máquinas de comunicação de massa. *O mundo em descontrole* passa a ser controlado por máquinas que têm o poder de conectar mentes em torno de ideias únicas e de uma única ideia, a tecnologia pode tudo. Até então, as únicas formas de poder exercidas sobre o homem pelo homem, tinham sido a força, o labor e a política. A tecnologia conseguiu dominar os três, a força foi dominada pela mente do próprio homem, o labor se tornou tecnológico e, cada vez mais, menos humanizado e a política se tornou cada vez mais dominada pela tecnologia.

Assim acontece muitas vezes na gênese dos heróis na consciência popular: o subconsciente das massas oprimidas empresta-lhes qualidades opostas às dos odiosos tiranos. Às vezes, esse mito, tal a sua força, acaba por criar uma realidade e fazer surgir no herói virtudes que ele não possuía. Muito do que há de bom e de mau nos homens públicos é criado pelo consenso das multidões (...) Não cabe discutir aqui se nesse entusiasmo (...) há mais mito do que realidade (...) o povo, eterna criança, acredita... (MARAÑÓN *apud* LAMY, 2005, p. 117).

Os homens, agora tratados como crianças a quem se pode contar histórias fantasiosas que acreditarão e dormirão felizes, passaram a perder um dos únicos interesses do *sujeito* em sociedade, a política. Desde o contato do homem com os meios de comunicação de massa que os sujeitos passaram a ser controlados pela *indústria cultural* e suas mentes esvaziadas. Não podemos dizer que a tecnologia passou a dominar a política, mas que as duas se sustentaram e que conseguem se reproduzir até os dias de hoje, sustentadas e legitimadas, uma pela outra.

Nos dias atuais, as novas tecnologias de comunicação e entretenimento têm tomado o *campo político*, de modo a acelerar muitos processos internos ao *jogo político* e de mudar a forma de se fazer política. Hoje a política passou a ser *causa finalis* de uma prática de mercado, tanto que hoje temos o *marketing político*, como atividade científica, para o estudo desta prática. Os meios de comunicação de massa se tornaram os principais aliados e inimigos da política. Aqui no Brasil, o primeiro aparelho celular, foi apresentado no Senado Federal, pelo então Ministro das Comunicações Hugo Napoleão, na década de 90, como símbolo do avanço do Brasil, na comunicação. Os jornais fotografaram o ministro em seu discurso solene e no dia seguinte os brasileiros, atônitos, pois ainda não conheciam tal tecnologia, leram nos jornais do Brasil o casamento da política com a mais nova tecnologia, uma tecnologia pós-moderna. O senhor ministro, pelo poder que lhe foi conferido pela política democrática, deu aos brasileiros a 'liberdade' que tanto almejavam, o telefone celular. A tecnologia, que era apenas meio para se atingir certos fins, se transformou em meios para o aumento do *capital político*.

2.2 INTERNET PARA TODOS, DEMOCRACIA PARA ALGUNS

Dentre as várias políticas sociais, o governo brasileiro a exemplo de vários outros países subdesenvolvidos do mundo, estipularam metas de intensificação do uso dos aparelhos de comunicação. A telecomunicação foi entregue à iniciativa privada com o intuito de alcançar metas, que talvez o governo sozinho não conseguisse alcançar, na velocidade que o mundo pós-moderno exige. A ANATEL, Agência Nacional de Telecomunicações, criada no final da década de 90 para a fiscalização e regulamentação do setor no Brasil, estabeleceu metas para que todos tivessem acesso à telefonia fixa, móvel e mais recentemente à Internet. Por trás de um título de justificação chamado 'informatização' a tecnologia foi legitimada pelo poder, como imprescindível para a sociedade.

Alheio ao processo de alfabetização e de distribuição de renda, a meta pela acessibilidade tem sido uma das metas-chave dos governos que se sucederam após a regulamentação do setor. Obviamente, são vários interesses envolvidos na expansão deste setor. Porém, percebe-se, que há muito mais interesse no desenvolvimento das telecomunicações, que nas necessidades básicas de alfabetização e de distribuição de renda.

A criação da Internet casou-se com a ideia de *sedação*² da sociedade. Após o cinema, a rádio e a TV, a Internet passou a ser uma das prioridades de comunicação do governo, mesmo que para isso tenha que se gastar bilhões de reais, que poderiam ser gastos em outros setores. Com a justificativa de interatividade entre sociedade, políticos e entes governamentais, os governos vêm expandindo o processo de informatização e de legitimação da tecnologia no poder desde o governo Fernando Henrique Cardoso, através de vários programas, dentre eles o Programa de Governo Eletrônico.

Os questionamentos que levantamos são: Por termos telecomunicações e Internet para todos significa que vivemos em uma democracia? A informatização do governo tem em si o princípio do *consentimento dos governados*³?

Segundo Chomsky as democracias, muitas vezes, adotam planos que não são do interesse dos governados, mas que acreditam serem bons para o futuro destes. Quando os governos impõem seus planos, por interesses ocultos, aos governados, para que no futuro estes percebam que o plano foi bom para a vida deles, pode-se dizer que foi adotado o princípio do *consentimento sem consentimento*.

² Para entender o conceito de *sedação* leia-se Norval Baitello Junior em **A era da iconofagia**.

³ Para entender o conceito de *consentimento dos governados* que quisemos usar neste trecho leia-se Noam Chomsky, **Consentimento sem consentimento: a teoria e a prática da democracia**.

O filósofo argumentava que o princípio do *consentimento dos governados* não é violado quando os governantes impõem planos que são rejeitados pelo público, se mais tarde as massas estúpidas e preconceituosas consentirem calorosamente com o que foi feito em seu nome. Podemos adotar o princípio do *consentimento sem consentimento*, expressão usada posteriormente pelo sociólogo norte-americano Franklin Harry Giddings (CHOMSKY, 1997, p. 260).

As telecomunicações e a Internet, assim como vários outros planos governamentais, são planos que tem vários interessados, mas que a sociedade só se adequou com o tempo. Em um mundo onde a velocidade e a rapidez dos processos são menos importantes que a tranquilidade e o tempo da vida o telefone e a Internet, talvez não tivessem a mesma importância que tem hoje. Se há 20 anos os celulares e a Internet eram impensados e vivíamos bem sem eles, talvez se vivêssemos em um mundo que não tivesse necessidade dos processos à 'velocidade da luz', viveríamos hoje bem sem eles também. Inseridos na realidade de um mundo *globalizado*, é praticamente impossível uma vida sem Internet e celular. Mas a sociedade, como um todo, tem condições instrutivas e financeiras, de possuí-los?

Talvez os governos passados tenham adotado o princípio do *consentimento sem consentimento*, porque sabiam que, em um futuro não muito distante, o mundo funcionaria na 'velocidade da luz', e que nós hoje, agradeceríamos a eles por terem planejado nosso futuro através dos programas de 'informatização' e 'inclusão social'. Pena que por conta destes programas, outros programas como alfabetização e distribuição de renda foram deixados de lado, e assim, muitos ainda continuam marginalizados. Podemos dizer que neste caso a democracia funciona para poucos.

2.3 PORQUE LEGITIMAR A TECNOLOGIA?

A alienação do espectador em proveito do objeto contemplado (que é o resultado da sua própria atividade inconsciente) exprime-se assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos ele compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo. A exterioridade do espetáculo em relação ao homem que age aparece nisto, os seus próprios gestos já não são seus, mas de um outro que lhes apresenta (DEBORD, 2003, p. 19)

As telecomunicações, assim como o cinema, a rádio, a TV, a Internet e tantos outros meios de comunicação estão inseridas na sociedade do espetáculo, segundo Debord, como fabricas de alienação que tornam “cada vez mais difícil aos trabalhadores reconhecer e identificar sua própria miséria, isso os coloca na alternativa do tudo ou nada, ou seja, de recusar *a totalidade da sua miséria ou nada* (DEBORD, 2003, p. 122)”.

Obviamente, este não é apenas um plano de governo, mas da realidade econômica na qual vivemos. Cada vez mais os governos perdem suas identidades, em troca de *capital político* e *capital econômico* e a sociedade a sua identidade em troca dos produtos e serviços que a publicidade anuncia como essenciais para a vida.

A realidade é que a tecnologia sempre esteve ao nosso redor enquanto a técnica foi exigida. Agora, a própria tecnologia passa a ser técnica e o *valor* da técnica perde sentido diante da tecnologia. É como saber escrever em um programa de computador e não conseguir escrever com um lápis em um caderno. A técnica *per se* perde o seu valor para que a tecnologia seja legitimada como detentora da própria técnica. Mas a importância da detenção da técnica se dá para fins de manipulação, organização e domínio. Escrever para comunicar é uma técnica, mas a partir do momento que os suportes para a escrita e o ensinamento da mesma se tornam dependentes de certas tecnologias, estas passam a exercer um domínio não somente sobre a técnica, mas sobre a sociedade.

A legitimação da tecnologia no poder se dá para fins de manipulação, que é a principal arma da democracia. “A manipulação consciente e inteligente dos hábitos organizados e opiniões de massa é um elemento importante na sociedade democrática (BERNAYS *apud* CHOMSKY, 1997, p. 267)”. Alguns autores, como Gaetano Mosca, acreditam que esta manipulação dá-se através das *elites políticas* e não somente pelos governos. Para ele, as elites usam os meios públicos à sua disposição, para se manter no poder. A democracia e as outras formas de política da tripartição aristotélica são políticas construídas para legitimar e manter um poder que sempre está em mãos de poucos homens. Ou seja, o elitismo sustenta que o poder só se reproduz por vias democráticas quando a oligarquia permite o ingresso dos membros de qualquer classe social; existe uma reprodução do poder pela via aristocrática mas a substituição ocorre sempre no interior da elite.

Na nossa concepção a internet funciona eficientemente como instrumento a serviço do capital e da sua especulação, acentuando as desigualdades sociais. Está mais interessada, como mídia, em se realimentar do que em atender aos interesses de seus usuários, ou ainda a serviço da alienação, na medida em que fornece entretenimento de baixo custo ou proporciona a interação em torno de debates *espetacularizados*⁴. Afinal de contas não podemos esquecer que a internet, antes de tudo, é uma mídia a serviço do espetáculo.

3 CONCLUSÃO

A Internet, assim como os vários outros meios de comunicação, nas mãos das elites políticas, tem sido usada para o aumento do capital político . A sua legitimação como ferramenta fundamental para a sociedade tem se dado para

⁴ Para entender o conceito de *espetáculo* que quisemos usar neste trecho leia-se Guy Debord, **A sociedade do Espetáculo**.

reforçar a sua própria hegemonia e a hegemonia da elite política e da elite econômica.

Programas de informatização e inclusão digital implementados pelo governo para o aumento da *monocultura informática*⁵ se dão para a realização de práticas hegemônicas culturais, sociais, políticas e econômicas.

Daí o caráter terapêutico dos programas de Inclusão Digital: não se trata de socorrer os desvalidos, mas de curar os enfermos, aqueles que sofrem da patologia crônica do atraso (CAZELOTO, 2008a). Não se trata de levar o *chip* às pessoas, o que daria a elas ainda uma chance de recusa: é necessário trazer as pessoas ao *chip*, oferecê-las em um banquete sacrificial para purificá-las e torná-las aptas à nova era (CAZELOTO, 2009, p. 99)

Cazeloto descreve bem aquilo que queremos dizer neste artigo. Através do princípio do *consentimento sem consentimento* os governantes vêm trazendo à sociedade aquilo que ele chama em seu artigo 'purificação pelo chip'. Um processo que não conta com a opinião daqueles que o usarão, mas com o consenso da sociedade de que é importante usá-lo. Quanto mais a sociedade estiver inserida na *monocultura informática*, mais estarão suscetíveis às práticas econômicas e políticas, exigidas pelo campo político para a sua perpetuação. Por trás de ações teoricamente 'democráticas', as *elites* conseguem sedar a sociedade e dar os rumos que precisam para a própria perpetuação no poder. Um ponto convergente entre a teoria do *campo político* de Bordieu e do *elitismo* de Mosca é exatamente a perpetuação de sujeitos políticos no poder. Assim como Mosca, Bordieu acredita que no jogo político o interesse de seus atores é pela perpetuação no poder, não importando a dimensão da *illusio*⁶ que será feita para o alcançarem os seus objetivos.

⁵ Para saber mais sobre a Monocultura Informática leia-se Edilson Cazeloto no artigo Monocultura Informática: a voracidade dos chips.

⁶ Para entender mais sobre o conceito de *illusio* leia-se Pierre Bordieu em O Campo Político.

A monocultura informática é a *illusio* das elites hegemônicas para a legitimação própria e da tecnologia no poder, a fim de sedar a sociedade em torno de uma prática que a afastará das práticas exigidas pela Modernidade e pela tradição. Tendo assim subentendidos os próprios desejos que a Modernidade incitou na sociedade como a liberdade, a igualdade e a fraternidade. As práticas da monocultura informática são próprias do individualismo e desigualdade social e econômica. São práticas que fazem ressaltar as diferenças sociais e que de forma alguma incluem, mas 'marginalizam' ou excluem sujeitos. Sendo assim, podemos concluir que a topografia da rede e o procedimento da interação comunicativa levantadas por Rousiley Maia como sendo fatores que ajudam na prática da democracia, podem ser apenas discursos para legitimação de um *meio* tecnológico *espetacularizado*, a fim de perpetuar uma *elite* hegemônica no poder. Sendo este não somente político, mas econômico e social. A legitimação da internet como ferramenta fundamental para as práticas democráticas são discursos de legitimação da *monocultura informática*.

4 REFERÊNCIAS

- A Era da Iconofagia. Ensaios de Comunicação e Cultura.* BAITELLO JUNIOR, Norval. (2005). São Paulo : Hacker Editores.
- A Sociedade do Espetáculo.* DEBORD, Guy. (2003). eBooksBrasil.com. Disponível em (<http://www.ebooksbrasil.com/eLibris/socespetaculo.html>). Acesso em (22/04/2011).
- Consentimento sem consentimento: a teoria e a prática da democracia:* CHOMSKY, Noam. (1997). Estudos Avançados, vol.11, no.29, São Paulo, p. 259-276. Disponível em (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100014). Acesso em (10/08/2011).
- Democracia e Internet como esfera pública: aproximando as condições do discurso e da deliberação:* MAIA, Rousiley C. M.(2000). Congresso

Internacional "Internet, Democracia e Bens públicos". Belo Horizonte: FAFICH/UFMG.

Monocultura Informática: A voracidade dos chips. CAZELOTO, Edílson. (2009).

Revista Ghrebh, v. 2, no. 14. Disponível em (<http://www.cisc.org.br/revista/ghrebh/index.php?journal=ghrebh&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=54>). Acesso em (05/09/2011).

Mundo em descontrolo: o que a globalização está fazendo de nós. GIDDENS, Anthony. (2003). Rio de Janeiro: Record.

O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. DINIZ, Eduardo Henrique; BARBOSA, Alexandre Fernandes; JUNQUEIRA, Álvaro R. B.; PRADO, Otávio. (2009). Revista de Administração Pública, no 43, Rio de Janeiro, p. 23-48. Disponível em (<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n1/a03v43n1.pdf>). Acesso em (08/08/2011).

O pós-moderno: LYOTARD, Jean-François. (1988). Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

Princípio Constitucional do Estado Democrático e Direito Natural. LAMY, Marcelo. (2005). II Colóquio Internacional - Direito Natural, Justiça e Política. Porto. Disponível em (<http://www.hottopos.com/rih9/lamy.htm>). Acesso em (15/08/2011).

Sociedade: Uma introdução à Sociologia: CHINOY, Ely (1967). São Paulo: Editora Cultrix.